

HETEROGENEIDADE E FUNÇÃO TRADUTOR

Solange Mittmann
FURG

Primeiras palavras

Apresentamos neste artigo uma breve reflexão sobre a subjetividade e heterogeneidade de vozes presentes no processo tradutório. Partimos de um ponto de vista discursivo, quer dizer, com base no quadro teórico da Análise do Discurso (Escola Francesa, doravante AD), mas olhando para além das fronteiras da AD, considerando as idéias de teóricos da tradução, que tratam destas questões.

Assim, tomando o quadro teórico da AD como base de nossa reflexão, aproveitando-nos de estudos de teóricos da tradução, tentaremos apresentar um modo de considerar o processo tradutório, tratando destes aspectos: a inscrição da subjetividade do tradutor, as outras vozes presentes neste processo, a função autor e a função tradutor.

Sobre a tradução e o tradutor: construindo um olhar

Ao olharmos para o que dizem os teóricos da tradução, o primeiro fato com que nos deparamos é uma forte crítica ao modo como a tradução e o tradutor têm sido considerados pelo público leitor. Hermans, por exemplo, critica a forma inocente como, enquanto

leitores de uma tradução, consideramos que ela “é melhor sucedida quando o fato de ser uma tradução passa despercebido, i.e., quando consegue não nos lembrar de que é uma tradução” (1998, p. 11).

De fato, ao lermos uma tradução, temos a ilusão de que estamos lendo o próprio original, ou, pelo menos, de que este texto contém as idéias, a mensagem, o conteúdo do original, as intenções e o pensamento do autor do original. Prova disso é o modo como lemos o fragmento acima de uma tradução: como se fosse o original, como se Hermans tivesse efetivamente dito com estas palavras.

Esta ilusão de que, ao lermos um texto da tradução, estamos lendo as palavras do autor do original e não de seu tradutor, é a própria negação de todo o processo gerador da tradução e, conseqüentemente, a negação da própria presença do tradutor no processo e no texto. Por isso, exigimos o apagamento do tradutor e de qualquer traço de sua interferência, ao que Hermans – para sermos mais coerentes com a proposta deste artigo, talvez devêssemos acrescentar: “e sua tradutora”, ou ainda: “na visão de sua tradutora” – contesta, dizendo: “A ironia é que estes traços, estas palavras, são tudo o que temos, elas são tudo a que temos acesso deste lado da barreira lingüística” (ibid., p. 11). Mas apesar de só termos acesso às palavras do tradutor, exigimos o apagamento da voz do tradutor para que transpareça a voz do autor.

Esta exigência é igualmente descrita por Hattnher, quando critica a concepção tradicional ou logocêntrica da tradução:

Considera-se, assim, o “bom texto traduzido” aquele que motiva comentários do tipo “está tão bem escrito, tão fiel ao original, a gente nem percebe que é tradução”, como se qualquer texto traduzido pudesse efetivamente prescindir da figura do tradutor e como se, por geração espontânea, pudesse ser produzido sem o concurso de um profissional de tradução (1994, p. 31).

Efetivamente, o pensamento tradicional sobre tradução oculta o processo de produção da mesma (o processo tradutório), em nome da ilusão de que o texto traduzido é capaz de carregar sem contaminação o significado transparente do texto original. Vale destacar que por “tradicional”, não queremos dizer em desuso, já que este pensamento ainda está bastante presente nas discussões sobre a tradução. Para nós, “tradicional” aqui significa que as novas concepções sobre texto, discurso e condições de produção, nas mais diversas áreas (como a AD, teoria da enunciação, desconstrução, literatura comparada, entre outras), já não permitem concebermos a tradução como transporte asséptico de significados transparentes (o que o autor disse) de uma língua para outra.

Para aliarmo-nos a Hermans e Hattnher, contestando essa concepção tradicional, mas olhando de um ponto de vista específico, o da AD, recorreremos inicialmente a Pêcheux, autor que contesta o esquema informacional, em que um emissor emite uma mensagem para seu receptor através de um código. Este esquema está bastante presente em muitos estudos lingüísticos e, conseqüentemente, também em estudos sobre a tradução, onde a mensagem parece ser o foco principal. E neste esquema, Pêcheux contesta exatamente a noção de mensagem, dizendo preferir “o termo discurso, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (1993, p. 82).

Numa discussão sobre o processo tradutório, esta noção de discurso leva a contestar toda a ilusão de que o texto carrega uma mensagem que deixa transparecer as intenções do autor do original. O que há não é transmissão de mensagem, ou reprodução da mensagem em outro código, mas produção de discurso, quer dizer, produção de um efeito de sentidos entre os interlocutores. Não há uma via de mão única do autor para o leitor, com o tradutor servindo de instrumento neutro intermediário, capaz de apagar os obstáculos de comunicação, eliminando as diferenças entre os códigos, mas há produção de sentidos pelo autor, pelo tradutor, pelos leitores, ou ainda entre todos os participantes do processo.

O discurso, então, não pode ser considerado como fechado sobre si mesmo, mas é necessário referi-lo aos sujeitos envolvidos no processo. E por sujeitos não queremos referir a indivíduos falantes, mas a lugares sociais que estão “representados nos processos discursivos”, onde funcionam as “formações imaginárias”, que designam a imagem que esses lugares atribuem a si, ao outro e ao referente (ibid., p. 82). Quer dizer, os sujeitos, enquanto lugares sociais, representados na própria materialidade lingüística do discurso, estabelecem relação não com indivíduos, nem com sujeitos, mas com a imagem que atribuem a (isto é, a forma como imaginam) esses sujeitos, para tratar não de um referente, mas da imagem que atribuem a este referente.

No âmbito da tradução, essa noção de imagem é também considerada por Hermans, que diz que “o ‘outro’ ao qual o texto traduzido se refere, nunca é simplesmente um texto fonte (...) é uma imagem dele” (ibid., p. 17).

Numa perspectiva discursiva, podemos dizer que não é o texto original que serve de base para que se produza o texto da tradução, mas a imagem que o tradutor faz, não apenas do texto original, mas também do lugar do autor, do lugar do leitor, do seu próprio lugar, da imagem que faz de outros discursos, etc.

Nesta perspectiva, assim como Hermans, não partimos do autor do original, considerando o tradutor como um outro, um intruso, mas ao contrário, partimos do lugar do tradutor, como produtor do texto da tradução, considerando o autor do original como o outro, a quem aliás o tradutor (como qualquer leitor) não pode chegar diretamente, mas apenas à imagem que faz dele a partir da leitura particular que faz do texto original.

Assim, considerando o processo tradutório como um processo discursivo, isto é, um processo de produção de discursos, em que funcionam as formações imaginárias, contestamos a idéia de que um autor emite para o leitor uma mensagem carregada de informações, sentidos e referentes transparentes, e contestamos também a visão do tradutor como um intermediador, que pode surgir

no meio do caminho como uma ponte invisível que permite a passagem da mensagem, ou que pode aparecer como um intruso, capaz de desviar a mensagem. Nem transportador competentemente invisível, nem intruso inconvenientemente visível. O tradutor não é um intermediador, é mais um sujeito envolvido no processo e, assim como o autor e o leitor, é um lugar social, que está presente e transformado pelas formações imaginárias no discurso produzido durante o processo tradutório, que se materializa no texto da tradução.

Estamos falando aqui em texto e discurso. É preciso distingui-los. Como analistas do discurso, tomamos o texto como a unidade lingüística de análise que nos permite chegar ao discurso (o efeito de sentidos entre os interlocutores, conforme diz Pêcheux na citação acima). Nosso objeto de análise não é o texto, mas o discurso e o processo de sua constituição. Neste caso, o processo tradutório. E o discurso é constituído sobre a base das sistematicidades lingüísticas que formam o texto. Assim, sendo considerado não isoladamente, mas em relação ao discurso, o texto não é uma unidade fechada, asséptica, pois ele está em relação com outros textos/discursos que o constituem e que estão marcados na sua textualidade.

O processo tradutório é um processo de produção do discurso da tradução, que se materializará no texto da tradução. Não é um ato individual ou um mecanismo lingüístico de transferência de mensagens de um texto para outro equivalente, de uma língua para outra. É um processo em que se estabelecem relações de sentido com outros discursos, dentre eles o discurso dito “original”. O processo tradutório, portanto, “não começa, nem termina no tradutor”, mas é “um processo de relação de sentidos e de produção de discursos” (Mittmann, 1999, p. 128).

Por isso, assim como em AD considera-se que “qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições de sujeito (...) distintas relações com a exterioridade” (Orlandi, 1996, p. 14), podemos aqui afirmar que cada tradução de um texto

marcará também suas diferenças, pois será resultado de novas condições de produção de discurso, de diferentes relações de sentido. E embora essa especificidade seja característica do processo tradutório e deixe sua marca no texto da tradução, continuamos sob a ilusão de que o texto da tradução apenas reproduz a mensagem do texto original.

Hermans destaca que “os textos traduzidos são orientados em direção a um diferente tipo de leitor num contexto lingüístico e cultural diferente”, fato que geralmente é aceito pelo público leitor. Mas, apesar disso, nós “esperamos que o agente, portanto, a voz que efetuou esta reorientação, permaneça discreta, de forma que se esvaneça de uma vez por todas”. (ibid., p. 13) Continuamos exigindo o apagamento da voz do tradutor. E o alicerce desta exigência é a ilusão da unidade e da homogeneidade do texto – o autor é uno, seu discurso é coerente – e a ilusão de que ler um texto é resgatar a mensagem de seu autor, daí muitos dizerem que só lêem os originais, acreditando-se fiéis em sua leitura, sem se darem conta de que a leitura é produção de sentidos e que essa produção se deve a relações de sentidos com outras leituras, outros discursos.

Seguindo o caminho inverso dessa concepção tradicional, analisando o lugar que o tradutor ocupa no processo tradutório e as marcas deixadas por ele, mas sem cair na ilusão subjetivista de tratar o tradutor como indivíduo que isoladamente toma decisões e escolhas, é que passamos à reflexão sobre a inscrição da subjetividade e da heterogeneidade no processo, no discurso e no texto da tradução.

A voz do tradutor e as outras vozes

Como temos visto, tanto Hermans como Hattnher constestam na concepção tradicional sobretudo a negação da voz do tradutor, a exigência do apagamento desta voz e a ilusão de que a “boa”

tradução é aquela em que se ouve nitidamente a voz do autor, sem a interferência da voz não autorizada do tradutor. Como bem descreve Hermans, o leitor acredita que a voz do tradutor “é a única que se apresenta”, quando, na verdade, é “precisamente esta voz original, presumidamente autorizada que está ausente” (ibid., p. 11).

E para manter a ilusão de que está lendo o original, o leitor quer que a voz do tradutor seja apagada. Como se esse apagamento fosse capaz de esconder o fato de que é precisamente esta voz que está ali presente, não como o outro, o intruso, mas como o enunciador do discurso da tradução. O outro, na perspectiva de Hermans, não é o tradutor, mas o autor do texto original. E é a partir da imagem que o tradutor faz desse outro que é o autor e de outros outros, que ele enuncia o discurso da tradução.

Mas é preciso levantarmos uma ressalva aqui: se na perspectiva tradicional tínhamos o autor como o senhor que dita o texto, e o tradutor como mero reproduzidor; na perspectiva discursiva, não se trata de o tradutor ocupar o lugar de senhor, capaz de produzir sozinho um texto seu com base no texto do outro. Na perspectiva discursiva, o tradutor é um lugar no discurso, ou ainda, é uma posição enunciativa, que se divide em várias posições-sujeito no discurso e, portanto, no texto da tradução.

Essa idéia de um sujeito dividido nos faz recorrer a Authier-Revuz que trata da questão da heterogeneidade no discurso e que contesta a “ilusão do sujeito enunciador capaz de escolhas, intenções e decisões” (1990, p. 28). O nosso dizer é uma imposição do interdiscurso. Essa voz que vem de fora é constitutiva do nosso discurso, é uma “exterioridade interna ao sujeito e ao discurso, não localizável e não representável no discurso que constitui, aquela do Outro do discurso – onde estão em jogo o interdiscurso e o inconsciente” (ibid., p. 32).

Trazendo esta noção de heterogeneidade constitutiva para o estudo sobre o processo tradutório, podemos afirmar que a produção de sentido pelo tradutor – na leitura do original e na escrita da tradução – é determinada pelo interdiscurso. A heterogeneidade do discurso

da tradução se deve, portanto, não só ao fato de que está ali presente a voz do autor, além da voz do tradutor, mas porque qualquer discurso é constitutivamente heterogêneo. Sempre outras vozes o atravessam como um discurso transversal e lhe dão sustentação como um pré-construído.

Essa heterogeneidade é também reconhecida por Hermans, quando afirma que “os textos traduzidos, como os outros textos, apenas um pouco mais, são sempre, de forma inerente, plurais, instáveis, descentralizados, híbridos” (ibid., p. 12). Essa pluralidade é exatamente a presença de outros discursos, de outras vozes tanto no texto original, como na tradução. O que não significa que se tratem das mesmas vozes. Isso pode ser observado, por exemplo, nas N.T., quando o tradutor recorre a outros discursos – não previstos pelo autor do original – para tentar definir melhor uma palavra ou expressão: discursos de dicionários, de áreas específicas, etc.

Algumas vezes, esses outros discursos podem ser localizados no próprio texto. Trata-se aí do que Authier-Revuz chama de heterogeneidade mostrada, que é uma forma lingüística de “representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do discurso” (ibid., p. 26). A forma mostrada de heterogeneidade opõe o um do discurso ao outro de fora dele. Ou seja, ela circunscreve e opõe o outro ao resto do discurso, à suposta homogeneidade, aponta para o exterior delimitando o interior. Mas como o discurso é constitutivamente heterogêneo, essa unidade é, na verdade, ilusória, e a heterogeneidade mostrada sustenta essa ilusão, que é necessária para que se produza discurso. Por isso, as formas mostradas são, em relação à heterogeneidade constitutiva, “ao mesmo tempo um sintoma e uma defesa” (ibid., p. 34).

Para falarmos sobre a questão da heterogeneidade mostrada no processo tradutório, recorreremos a Hattmher, com sua proposta de considerar o tradutor como um transmorfo, isto é, alguém capaz de “apresentar uma pluralidade de identidades ao mesmo tempo

que mantém sua própria e original identidade” (ibid., p. 32). Ele se refere à capacidade do tradutor de tomar as formas dos autores dos textos originais que traduz. Como um transmorfo, “o tradutor assume traços e feições do autor (ou autores) que traduz, imprimindo na escrita do Outro sua própria caligrafia” (ibid., p. 33).

Sobre esta citação, gostaríamos de fazer uma ressalva quanto ao uso de maiúscula em Outro. Se voltamos a Authier-Revuz, verificamos que a autora usa de forma distinta outro e Outro (com maiúscula e com minúscula). O outro se refere à presença de um outro sujeito enunciador exterior trazido para dentro do discurso, identificável através das formas mostradas de heterogeneidade. O Outro se refere ao interdiscurso funcionando como pré-construído, numa forma de heterogeneidade constitutiva não identificável no discurso.

Esta distinção nos leva a preferir o uso de minúscula para referir à presença do discurso do autor no texto da tradução, ainda que os discursos do autor e do tradutor estejam entremeados de tal forma que na maioria das vezes seja difícil a distinção entre as duas vozes. Mas, de qualquer forma, quando da realização do processo tradutório, o tradutor parte da imagem que faz de um discurso que não é igual àquele que está disperso no interdiscurso, como um pré-construído. O mesmo vale quando o tradutor, por exemplo, nas N.T., apresenta um discurso de um autor de uma área específica, um especialista, para definir melhor um termo.

Mas ao mesmo tempo em que há uma distância entre o Outro que impõe as escolhas e os sentidos de forma inconsciente, e o outro que é citado no discurso, na tradução os dois se confundem, já que a produção de discurso é feita com a intenção da imitação de um outro discurso, o da imagem que se tem dele. E esse outro discurso dá sustentação e mescla-se por todo o texto da tradução sem uma localização específica e pontual. O distanciamento entre as duas vozes (a do autor e a do tradutor) se dá em alguns pontos específicos, como nas N.T., quando deixa de haver o procedimento da imitação da voz do outro, e o tradutor assume uma voz própria,

inclusive com o uso do que Hattnher chama de “crachá de identificação”, que é a marca N.T.

É interessante notar que esta marca estabelece um limite ilusório, como se o tradutor dissesse: “aqui falo eu, o tradutor; lá fora da nota, no texto da tradução, fala o autor”.

Hattnher também contempla a idéia de dispersão do sujeito no texto, quando diz que “o tradutor não é só transmorfo por sua capacidade de se transformar em vários autores diferentes, mas também por se transformar em vários Eus (e Outros) ao longo de um mesmo texto”. (*Ibid.*, p. 33)

Seguindo o ponto de vista da AD, nós preferimos dizer que há várias vozes que ocupam diferentes posições-sujeito no decorrer do texto, e que o sujeito enunciador se dispersa nessas posições. E ressaltamos que essas posições-sujeito não são necessariamente as mesmas presentes no texto original.

Da função autor à função tradutor

Hattnher afirma que o tradutor assume a identidade do outro (ou dos outros) sem deixar de ser ele mesmo. Há, portanto, uma “relação entre multiplicidade e unicidade que se dá em todo o processo tradutório” e que pode ser revelada, por exemplo, nas N.T. (*ibid.*, p. 37).

Essa afirmação denota a ilusão de um sujeito uno, indivisível, que se opõe aos outros. Temos visto que o sujeito é constitutivamente dividido, disperso em posições-sujeito e que a unicidade é uma ilusão. Sempre há dispersão, já que ela é constitutiva do discurso, e é em meio à dispersão que se cria a ilusão de unidade e unicidade. Essa ilusão é criada no discurso através da função autor, noção que tomamos de Foucault, que não a confunde com o indivíduo autor: a função autor “não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários ‘eus’ em simultâneo, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem ocupar”

(1992, p. 56). A função autor, segundo Foucault, remete para a pluralidade de vozes presentes no texto e não deve ser confundida com o autor do texto, com “o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (1996, p. 26).

A função autor é, portanto, a função que agrupa, organiza as posições-sujeito que se dispersam pelo texto. Mas diríamos, diferentemente de Foucault, que a função autor cria não a unidade e coerência, mas o efeito (a ilusão) de unidade e coerência.

A função autor é geradora de um efeito de responsabilidade, quando o autor retoma o sentido já dado pelo interdiscurso e constrói um texto sob a ilusão de que ele (o autor) é a fonte do que diz e de que seu dizer é coerente, ocultando que seu dizer se constrói sempre sobre outros dizeres.

Essa ilusão tem feito com que a tradução seja vista como um resgate e uma reemissão das idéias do autor, de forma neutra e consciente pelo tradutor. Esse pensamento tradicional tem sido contestado por alguns teóricos da tradução, como Hermans, que desfaz a ilusão: “É a diferença, a opacidade e a desordem que estão inscritas nas operações da tradução, não a coincidência ou a transparência ou a equivalência” (ibid., p. 12).

O reconhecimento da heterogeneidade constitutiva, da dispersão, das relações de sentido nos fazem contestar a imagem de um transporte tranquilo. E nos ajuda a explicar por que a prática da tradução está sempre em desacordo com as prescrições da concepção tradicional sobre a tradução e vice-versa.

Ainda a respeito da função autor, Hermans diz que se trata de uma necessidade cultural de “circunscrever o potencial semântico e a pluralidade dos textos”, o que se dá através de um “sujeito unificador, com uma única voz, por detrás do texto” (ibid., p. 15).

No processo tradutório, muitas vozes participam (o Outro e o outro) e são organizadas no texto da tradução, criando a ilusão de uma unidade, como se somente a voz do autor estivesse ali presente,

ou então como se a voz do tradutor estivesse presente, mas sob o “efeito papagaio”, repetindo o que o autor disse.

Retomando a noção de função autor de Foucault, como a função que organiza a diversidade de posições-sujeito, criando o efeito de unidade e coerência, propomos aqui estendê-la e falar em uma função tradutor. Esta extensão, aliás, já foi efetuada por Hermans, para quem a função existe “para conter o aumento exponencial em significação e pluralidade que a tradução ocasiona” (1998, p. 15).

Já no âmbito da AD, consideramos a função tradutor como a função que organiza a heterogeneidade de vozes, como a posição-sujeito do tradutor, a posição-sujeito do autor (ou a imagem que o tradutor tem dela), além das outras vozes vindas do interdiscurso e que entram no texto da tradução ou nas N.T., seja como pré-construído (o Outro), seja como discurso transversal (o outro), como no caso de discursos de dicionários. Esta função tradutor é que seria responsável, então, pelo efeito de responsabilidade por parte do tradutor em reproduzir ou imitar o original (Mittmann, 1999, p. 119).

Revisando o processo tradutório: uma tradutora, duas notas, dois comentários

No decorrer deste artigo, temos referido algumas vezes à N.T., ora como exemplo de texto que remete ao discurso, ora como lugar de distanciamento entre tradutor e autor, ora como lugar de apresentação de outras vozes a que o tradutor recorre.

Gostaríamos de encerrar esta reflexão sobre a heterogeneidade e a função autor no processo tradutório, trazendo duas notas produzidas pela tradutora de espanhol Eliane Zagury durante sua tradução de *Cem Anos de Solidão*, de Gabriel García Márquez, e de *Pedro Páramo*, de Juan Rulfo. Estas duas notas foram escolhidas porque serviram como exemplo pela própria tradutora em dois artigos em que fala sobre suas experiências de tradução.

No primeiro artigo, Zagury relata que, durante a tradução de

Cem Anos de Solidão, quando teve a oportunidade de trocar correspondência com o autor, expressando suas dúvidas de interpretação, o autor lhe enviou duas cartas “elucidando expressões do texto”, e algumas partes dessas cartas foram “publicadas em notas no próprio livro” (1982, p. 22). A autora/tradutora se refere nesse artigo especificamente a uma nota, que transcrevemos juntamente com um trecho do texto da tradução:

Um cigano corpulento, de barba rude e mãos de pardal, * que se apresentou com o nome de Melquíades...

*No original manos de gorrión. Explicação do autor à tradutora: “O importante da imagem é que esse pássaro tem patas de ave de rapina, mas é bom e inofensivo. Melquíades também, por suas mãos, e à primeira vista, podia parecer uma ave de rapina, mas não o era, como se viu mais tarde” (García Márquez, s.d., p. 8)

A tradutora justifica a recorrência ao autor do original afirmando que em obras literárias costuma haver “figuras de linguagem muito pessoais na expressão do autor, cujo significado não se transparenta na leitura normal” (ibid., p. 27). Como podemos observar, está presente em seu relato a concepção tradicional de tradução em que o texto original sempre (e o texto da tradução na maioria das vezes) reflete, ou “transparenta” as idéias do autor, ou ainda de que o texto todo é transparente e só pontualmente é que há opacidade. E esta suposta opacidade pontual é que motivou a colocação de uma N.T., numa tentativa de “dar sentido”:

Em *Cem Anos de Solidão*, por exemplo, estranhei que Melquíades fosse caracterizado mais de uma vez como possuindo manos de gorrión – em tradução literal mãos de pardal. Não se trata de expressão idiomática, nem pude perceber a imagem de forma contundente. (...) Num caso como o citado, em que certa opacidade continua na expressão, apesar

da elucidação do significado, é preferível que se transponha a imagem literalmente, fazendo uso de uma nota de pé de página, com a explicação do autor (Zagury, 1982, p. 27).

A tradução aparece, então, como ratificada pelo autor, já que seu discurso consta na N.T., apresentando o que seria o verdadeiro sentido. Ao dizer que o enunciador da explicação entre aspas é o autor, cria-se a ilusão de que, no texto da tradução, a tradutora apenas reproduz o que o autor disse. É como se, na nota, o autor ratificasse a equivalência, a transposição do sentido.

Nesta nota se estabelece um jogo entre o eu e o outro, entre a voz da tradutora e a voz do autor. Enquanto no texto da tradução, as duas vozes estão entremeadas, ou pelo menos a voz da tradutora apresenta uma imagem da voz do autor, na N.T. se evidencia o distanciamento, a marcação de um limite entre a voz que enuncia a nota (o eu, a voz da tradutora) e a outra voz que é trazida para dentro da nota (o outro, a voz do autor do original). Porém, a própria “explicação do autor à tradutora” é igualmente uma tradução, e quem a enuncia não é o autor, mas a tradutora. Cria-se, assim, a ilusão de que há uma homogeneidade constitutiva, na qual se insere o heterogêneo, quando, na verdade, ocorre exatamente o contrário: o heterogêneo é constitutivo do discurso da tradução – como o era do discurso original – e é sobre ele que se dá o efeito de unidade, através da função tradutor.

Essa heterogeneidade se manifesta também quando a tradutora recorre a outros discursos, como o discurso científico, para definir melhor um termo e evitar o não-sentido ou o erro. Para não cometer “verdadeiros absurdos ecológicos”, a autora aconselha:

O caminho mais seguro é descobrir o nome científico do ser e, por ele, chegar ao equivalente em português, se houver. Caso não haja, creio que o melhor é manter o nome em espanhol e, numa nota de rodapé, dar seu nome científico e suas características. Pessoalmente, tenho recorrido à ajuda de zoólogos, principalmente ornitólogos, e de botânicos (1982, p. 26).

Note-se que a tradutora recorre a outros discursos para dar sustentação à sua tradução, como um pré-construído. A heterogeneidade mostrada surge também em sua tradução de *Pedro Páramo*. A tradutora verificou que não havia um nome “equivalente” em Português para “correcaminos”, o que a deixou num impasse entre duas atitudes: apresentar uma espécie semelhante existente em nossa língua, ou o nome científico:

Transcultural para espécies semelhantes, com denominação portuguesa, seria uma inexatidão descritiva e um desrespeito à expressão de cultura nacional que é uma obra literária. A mudança de registro para a denominação científica seria um contrasenso lingüístico (por que traduzir para o latim?) e um desrespeito estilístico, operando aí sim o fechamento completo (1983, p. 25).

A tradutora opta, então, pelo meio termo, mantendo a palavra original e acrescentando uma N.T. com o nome científico e a descrição do pássaro:

-Foi um correcaminos* que passou, senhor.

*Correcaminos é um pássaro da família Cuculidae (Gênero *Geococcyx*) que habita áreas secas, quase desérticas dos Estados Unidos (Arizona) e do México. É parente dos Cuculidae brasileiros: anu preto, alma-de-gato, etc. (Rulfo, 1977, p. 12).

Nesta nota encontramos tanto a heterogeneidade mostrada do discurso do autor, marcada pelo itálico, como o discurso científico definidor. Dentro do discurso da nota, portanto, aparece a heterogeneidade que faz parte de todo o processo tradutório e, portanto, do discurso da tradução.

Em ambas as notas, há uma função autor que organiza essas vozes e cria o efeito de unidade, que funciona como a voz responsável pelo discurso.

Referências Bibliográficas

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Heterogeneidade(s) enunciativa(s)*. Trad. de Celene M. Cruz e João W. Geraldi. Caderno de Estudos Lingüísticos, Campinas, nº 19, 1990. pp. 25-42.

FOUCAULT, Michel. "O que é um autor". In: _____. *O que é um autor?* Trad. de José A.B. de Miranda e António Cascais. 3.ed. S.I./Portugal: Vega, 1992. pp. 29-87.

_____. *A ordem do discurso*. 3.ed. Trad. de Laura F. de A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

GARCIA MARQUEZ, Gabriel. *Cem anos de solidão*. 26.ed. Trad. de Eliane Zagury. Rio de Janeiro: Record, s.d.

HATTNER, Álvaro. *Tradução e identidade: o tradutor como transmorfo*. Letras, Santa Maria, n.8, 1994. pp.31-37.

HERMANS, Theo. "O outro da tradução: diferença, cultura, auto-inferência". Trad. de Neusa Matte. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, n.1, pp.7-25, 1998.

MITTMANN, Solange. *O processo tradutório: uma reflexão à luz da Análise do Discurso*. PPG-Letras. Porto Alegre, UFRGS, 1999.

ORLANDI, Eni P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. “Análise automática do discurso”. Trad. de Eni P. Orlandi. In: GADET, Française; HAK, Tony (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1993. pp. 61-161.

RULFO, Juan. “Pedro Páramo”. In: _____. *Pedro Páramo e Planalto em chamas*. 3ª ed. Trad. de Eliane Zagury. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. pp. 7-103.

ZAGURY, Eliane. “Cem anos de solidão” (Gabriel García Márquez). In: ROCHA, Daniel da Silva [et al.] *A tradução da grande obra literária: depoimentos*. São Paulo: Álamo, 1982. pp. 20-29.

_____. *A tradução do romance. Tradução & Comunicação*, São Paulo, n.3, 1983. pp. 23-28.